



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP QMB RENAN COUTO LIMA

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
O EMPREGO DO EXÉRCITO PACIFICADOR NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL NA BAHIA**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP QMB RENAN COUTO LIMA

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
O EMPREGO DO EXÉRCITO PACIFICADOR NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL NA BAHIA**

Trabalho acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase em
História Militar.

Rio de Janeiro

2020



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMII
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap QMB RENAN COUTO LIMA**

Título: O EMPREGO DO EXÉRCITO PACIFICADOR NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA.

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em História Militar, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
EMERSON RODRIGUES DA SILVA – TC Cmt Curso e Presidente da Comissão	
PETTERSON XAFIC CRUZ NEGRIS - Cap 1º Membro	
LUIZ FERNANDO GOMES RAMOS - Cap 2º Membro e Orientador	

RENAN COUTO LIMA – Cap
Aluno

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: O EMPREGO DO EXÉRCITO PACIFICADOR NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Renan Couto Lima*

RESUMO

O emprego do Exército Pacificador no processo de independência do Brasil na Bahia foi intenso, com a presença da população pobre, incluindo índios, escravos, pequenos comerciantes, militares, milicianos e pequenos proprietários de terra sem expressão política na sociedade, enxergaram no alistamento ao exército uma forma de mostrar seus descontentamentos com o governo ditatorial de Madeira de Melo que dominava a província e de lutarem por suas aspirações. Fugiram da capital baiana e se refugiaram no Recôncavo baiano, onde começaram a se organizar e se preparar para a guerra contra as tropas portuguesas que dominavam Salvador, sob influência dos senhores de engenho e de escravos que controlavam as vilas do interior. Encontraram dificuldades devido à ausência de uma unidade de comando nas vilas e falta de coesão entre os integrantes do exército que se formava, pois cada um possuía aspirações diferentes, o que originou em diversas rebeliões internas durante todo o processo de independência. A logística também foi um grande problema durante a guerra pois os soldados não tinham equipamentos, armamentos e munições suficientes para o combate, além das péssimas condições de alimentação e saúde que viviam, faltavam médicos, enfermeiros e hospitais e os soldos quase sempre atrasados. A chegada de um general francês melhorou as condições e a organização do exército, porém causou ciúmes na sociedade baiana por ser um estrangeiro comandando um processo de libertação regional. O sucesso obtido nos campos de batalha está diretamente ligado ao imenso sentimento de patriotismo e nacionalismo demonstrados pelos baianos.

Palavras-chave: Exército Pacificador. Independência. Recôncavo. Baiano. Portuguesas

ABSTRACT

The employment of the Peacemaker Army in the process of Brazil's Independence in Bahia was intense, with the presence of the poor population, including indians, slaves, small traders, soldiers, militiamen and small landowners without political expression in society, saw in the enlistment to the army a way to show their discontent with the dictatorial government of Madeira de Melo that dominated the province and to fight for their aspirations. They fled the Bahian capital and took refuge in the Bahia Recôncavo, where they began to organize and prepare for the war against the portuguese troops that dominated Salvador, under the influence of the planters and slaves who controlled the villages in the interior. They encountered difficulties due to the absence of a command unit in the villages and lack of cohesion among the members of the army that was being formed, as each had different aspirations, which originated in several internal rebellions throughout the Independence process. Logistics was also a major problem during the war as the soldiers did not have enough equipment, armaments, and ammunition to fight, in addition to the poor food and health conditions they lived in, doctors, nurses and hospitals were lacking and soldiers were almost always late. The arrival of a French general improved the conditions and organization of the army, but it caused jealousy in Bahian society for being a foreigner leading a process of regional liberation. The success achieved on the battlefield is directly linked to the immense feeling of patriotism and nationalism shown by the Bahians.

Keywords: Peacemaker Army. Independence. Reconcavo. Bahian. Portuguese.

* Capitão do Quadro de Material Bélico. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2011.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 PROBLEMA	7
1.2 OBJETIVOS	8
1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES	9
2 REVISÃO DE LITERATURA	10
3 METODOLOGIA	13
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
6 REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

Os reflexos da Revolução Liberal do Porto em 1820, que tinha como principal objetivo voltar com Brasil a situação de colônia de Portugal, começavam a ser sentidas. As Cortes de Portugal determinaram em 1821 o retorno de D. João VI e toda a família real, o qual com medo de perder o trono acatou a decisão retornando a Europa e deixando no Brasil seu filho Pedro como príncipe regente. A intenção das Cortes era de reativar as relações comerciais e as restrições econômicas ao Brasil, o que prejudicaria ainda mais a situação de alguns comerciantes, produtores de engenho e principalmente da população pobre na Bahia.

Em fevereiro de 1821 eclodiu uma revolta no Forte de São Pedro de oficiais e soldados brasileiros e portugueses insatisfeitos com os constantes atrasos nos pagamentos dos soldos, também com o poder absolutista de Portugal e com o governo da província da Bahia. Rapidamente, o motim se espalhou pelas ruas da cidade, com isso o então governador Conde da Palma reuniu a elite política baiana que vivia na capital e elegeu uma Junta Provisória de Governo, composta principalmente de militares, senhores de engenho e plantadores. A primeira medida da Junta foi apoiar a Revolução que acontecia em Portugal e subordinar-se às Cortes, imediatamente foi solicitado pelo governador o envio de tropas portuguesas para controlar e manter a ordem na capital baiana. Atendendo ao pedido foi enviada a Legião Constitucional Lusitana, o destacamento militar que lutaria com o Exército Pacificador pela independência.

Após os acontecimentos na cidade de Salvador, as Cortes enviaram um decreto ao Brasil ordenando que todas as províncias brasileiras deveriam responder diretamente a Portugal e não ao príncipe regente que estava no Rio de Janeiro. Junto a isso a população baiana acompanhou a formação de um braço político na cidade formado por comerciantes portugueses instalados na Rua da Praia, próximo ao cais do porto, esse grupo, graças a sua localização ficou conhecido como o “Partido da Praia” e tinham um alinhamento político com Portugal e apoiavam a reestruturação do império português através da colonização do Brasil, pois essa situação claramente beneficiaria os seus negócios. Já a população mais pobre apoiada por algumas autoridades públicas, pequenos comerciantes e principalmente pelos senhores de

engenho do Recôncavo baiano, que enxergavam o domínio da metrópole como o principal empecilho para o crescimento de seus negócios eram contra as ideias conservadoras do “Partido da Praia” e das Cortes.

Esse ambiente político complicado fizeram a crise aumentar e intensificaram as disputas entre os brasileiros e portugueses. A camada mais pobre da população começou a se manifestar de forma intensa, principalmente em apoio a D. Pedro, camada essa que teria uma presença constante no Exército Pacificador durante todo o processo de libertação. As manifestações eram cada vez mais constantes e as intensificações eclodiram no dia 3 de novembro de 1821, quando aconteceu de fato o primeiro conflito entre brasileiros e portugueses. Os brasileiros invadiram a Câmara Municipal e exigiram a deposição da Junta Provisória, mas foram contidos pelas tropas portuguesas, com as tensões aumentando em Salvador, as Cortes determinaram o retorno imediato de D. Pedro para Portugal.

Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro decidiu que não obedeceria as ordens e que não retornaria para Europa, ato que ficou conhecido como o “Dia do Fico”. Vale ressaltar a diferença política e militar que existia entre o Rio de Janeiro (capital do Brasil) e a província baiana na época. No Rio de Janeiro, após o “Fico”, o governo de D. Pedro era cada vez mais consolidado, graças ao apoio do ministro José Bonifácio. As tropas portuguesas tinham sido expulsas da cidade e às Cortes de Portugal não eram respeitadas, já na Bahia existia uma submissão às Juntas Provisórias de Governo que eram diretamente subordinadas às Cortes de Portugal e as tropas portuguesas permaneciam ocupando a cidade.

Além disso, em fevereiro de 1822, o governo português nomeou o general Madeira de Melo como comandante das armas da província da Bahia, o que lhe dava poderes absolutos. Essa nomeação gerou importantes manifestações e conflitos nas ruas da cidade entre portugueses e brasileiros. Em 19 de fevereiro de 1822, tropas portuguesas invadiram o Forte de São Pedro em busca de armas, munições e principalmente de oficiais e soldados que teriam iniciado um motim. Os conflitos continuaram entre os lados, as tensões aumentaram e a guerra propriamente dita se tornava cada vez mais próxima.

A partir de março de 1822, os dois lados passaram a se dividir. Salvador que era território dominado pelas tropas portuguesas foi abandonada por uma parte da população civil, por militares brasileiros derrotados nos conflitos e alguns militares expulsos das tropas do governador, os quais começaram a se reunir e se organizar

nas vilas do Recôncavo baiano, com o apoio dos senhores de engenho que dominavam a região. Juntaram-se ainda alguns mercenários contratados e alguns escravos cedidos para aumentar o efetivo do Exército Pacificador.

Segundo Luis Henrique Dias Tavares “os meses entre fevereiro e maio de 1822 foram usados como “conspiração” no Recôncavo e há registros de um aumento na compra de pólvora e mantimentos nas vilas”, indicativo de que a guerra era, senão planejada, ao menos esperada, pela população do Recôncavo, aumentada pelo fluxo constante de gente vinda da capital baiana que multiplicava cada vez mais o efetivo do Exército que se formava.

Os senhores de engenho que controlavam as vilas do interior baiano acreditavam que a única maneira de vencer as tropas portuguesas, mais numerosas e melhor preparadas que o exército que se formava, seria reconhecendo o poder de D. Pedro, para que pudessem contar com o seu apoio. Portanto, as aclamações ao príncipe iniciaram em 14 de junho de 1822, na vila de Santo Amaro, o príncipe regente foi proclamado Defensor Perpétuo do Brasil. Madeira de Melo ao saber dos atos no Recôncavo enviou tropas para tentar conter as manifestações em favor de D. Pedro. A guerra propriamente dita se iniciou no dia 25 de junho de 1822, quando na vila de Cachoeira um cortejo que celebrava uma missa em comemoração a proclamação de D. Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil foi alvejado por barcos portugueses, onde foi feita a primeira vítima das guerras. No dia seguinte, em Canoas, em resposta aos ataques, a população local tomou de assalto uma escuna portuguesa.

Vários outros conflitos e importantes acontecimentos ocorreram, os quais estenderam a conclusão do processo de independência do Brasil de 7 de setembro de 1822, após o grito de independência dado por D. Pedro, até o dia 2 de julho de 1823, quando as tropas de Madeira de Melo seguiram de volta para Portugal. Com a cidade já desocupada e livre dos inimigos, as tropas do exército entraram em Salvador e colocaram um ponto final na guerra, com isso o Brasil se tornava efetivamente independente de Portugal

1.1 PROBLEMA

Ressalta-se que a história do Exército Brasileiro oficialmente começa junto com a criação do Estado brasileiro, ou seja, após independência do Brasil. Então, como combater as tropas portuguesas sem um exército efetivamente criado, pois o Brasil encontrava-se na situação de Reino Unido de Portugal. As províncias mais próximas

ao Rio de Janeiro, quase todas já adeptas ao sentimento nacionalista de independência, porém as províncias mais ao norte ainda com fortes ligações portuguesas. É na Bahia ponto estratégico do governo português, que é formado o “Exército Pacificador”, nome usado pelas tropas compostas de milicianos, pequenos comerciantes, militares brasileiros expulsos das tropas portuguesas, escravos, índios e em sua massa homens pobres voluntários, que lutariam com as tropas portuguesas pela independência.

Os integrantes do Exército Pacificador que combateram na Bahia não eram somente baianos, pois na segunda fase do conflito, do lado pró independência lutaram também pernambucanos, cariocas, paraíbas e até estrangeiros mercenários contratados por D. Pedro, como o general Pedro Labatut e o almirante Cochrane, que foram nomeados comandantes do Exército e da Marinha, respectivamente.

Devido a esse conjunto de componentes de diversas culturas, com pretensões e experiências distintas trouxeram uma falta de coesão para dentro do Exército, que puderam ser observadas durante todo o processo de independência, com rebeliões internas e falta de profissionalismo.

Levando em consideração as peculiaridades do Exército que se formava na província baiana para combater contra os portugueses a favor da independência nacional, quais foram as principais características e as dificuldades encontradas pelo Exército Pacificador em todo o processo de libertação?

1.2 OBJETIVOS

A fim de descrever sobre o emprego e a formação de um Exército para combater as resistências ao “grito” de Independência do Brasil, nas províncias das regiões Norte e Nordeste, o presente estudo pretende explicar o emprego do Exército Pacificador durante o processo de independência brasileiro na Bahia e as principais dificuldades encontradas durante o processo.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

a) Descrever a conjuntura política da província baiana, antes da proclamação da independência por D. Pedro, até a libertação definitiva da Bahia do domínio português, em 2 de julho de 1823;

b) Identificar como aconteceu a formação do então Exército Pacificador, para combater na capital baiana, último reduto de resistência das tropas portuguesas;

c) Demonstrar as aspirações da população baiana na época, que era claramente dividida de um lado pró independência e do outro pró colonização, embora com algumas vertentes.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Inicialmente a falta de unidade de comando nas vilas do Recôncavo foi um problema, pois a população que havia fugido da capital em busca de refúgio chegava as vilas do interior e encontravam tropas se reunindo e se organizando de formas diferentes. Após o alinhamento político de todas as vilas em relação ao apoio ao príncipe regente, a centralização no preparo e emprego da tropa melhorou, porém os problemas logísticos eram evidentes.

Como afirma Filho (2004, p. 23)

Do lado do Exército Libertador, a organização e a unidade das vilas em torno de um governo provisório apresentavam-se com um primeiro problema, fundamental para constituir-se a resistência baiana. As primeiras ações foram na direção de garantir, ainda em junho, a proclamação, em outras vilas do Recôncavo, de D. Pedro como “Defensor Perpétuo”. Na vila de Nazaré - grande produtora de farinha e ponto estratégico para o sustento da guerra contra os portugueses – por exemplo, apesar de já ter havido ali proclamação ao príncipe D. Pedro, foi ocupada em 29 de junho pelas tropas vindas de Cachoeira e feita nova proclamação.

Uma forma de tentar diminuir um pouco a diferença para as tropas portuguesas mais numerosas, melhor equipada e preparada foi iniciando um bloqueio a capital baiana, fechando a maioria das rotas de suprimento até Salvador, pelas tropas do Exército Pacificador. Estratégia que se tornou um dos pontos de inflexão nessa guerra, porque com o cerco a capital as tropas portuguesas sofriam para conseguir os suprimentos necessários para se manterem no combate, principalmente os produtos alimentícios que eram produzidos nas vilas do Recôncavo.

Os conflitos na Bahia podem ser separados em duas fases, segundo Luis Henrique Dias Tavares “a primeira chamada de Fase Regional que se constituiu basicamente na preparação e na manutenção das posições por ambos os lados, nessa fase foram poucas as batalhas. Por outro lado, a segunda fase chamada de Fase Nacional, onde se intensificaram os conflitos e tiveram a participação de tropas vindas de outras regiões do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro e Pernambuco.”

Essa fase incia-se com a chegada do general Pedro Labatut, um francês naturalizado brasileiro, que foi contratado por D. Pedro para comandar o Exército Pacificador, entretanto o general não gozou de muito prestígio da população baiana e dos integrantes do Exército, primeiro por ter vindo de fora para comandar as tropas e também por utilizar uma rígida disciplina, aos moldes europeus.

As formas de cobrança do general geraram muito descontentamento entre os integrantes do Exército, visto que não estavam acostumados com a rigidez do comando e também porque não tinham nenhuma experiência em guerra, somente algumas manifestações e participações em conflitos de baixa intensidade. Somado a isso, as péssimas condições de saúde e alimentação que eram oferecidas aos integrantes do Exército.

A guerra na Bahia foi dividida em diversos momentos, segundo Neto (2015, p. 287)

A Bahia foi chave nas operações militares que definiram quem controlaria cada uma das Províncias do então Reino do Brasil. Dos momentos iniciais de adesão baiana às Cortes de Lisboa, em fevereiro de 1821, até o 2 de julho de 1823, não se interromperam os conflitos, que tiveram em suas primeiras facetas, cores de disputa local pelo poder civil e militar, transformadas depois em uma rebelião interna. Um terceiro momento, já em reação aos confrontos de fevereiro de 1822, foi o processo de adesão ao Rio de Janeiro. Chegou-se, então, à guerra, última etapa, que foi inicialmente local e na sequência geral, envolvendo estratégias do Rio de Janeiro e de Lisboa para todo o Brasil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Os conflitos na província baiana foram se acirrando cada vez mais graças as tensões políticas e as brigas de interesse na região. O cenário político era totalmente dividido, como mostra Neto (2015, p. 295),

Ao longo de 1821 e do início de 1822, as diferentes visões foram se afunilando não em partidos propriamente ditos, mas em tendências. Francisco Sierra e Mariscal, que presenciou o movimento constitucional na Bahia e circulou pela cidade de Salvador, agrupou as diferentes tendências em três grupos principais: um “partido europeu”, que defendia a estreita união com Portugal e seria o principal apoiador, no período subsequente, de Madeira; um “partido aristocrata”. “de alguns senhores de engenho”, alguns empregados públicos e de muito poucos eclesiásticos, que queriam um

governo independente de Portugal, com uma Constituição e duas Câmaras; e um “partido democrata”, composto por grande parte do clero e empregados públicos, além da maioria dos senhores de engenho (“porque é o partido das revoluções e com elas se veem livres dos seus credores”), que almejava governos provinciais independentes.

Em 02 de março de 1822, foi instituída a ditadura de Madeira de Melo, o qual foi nomeado pelas Cortes portuguesas governador da província de Salvador. Com isso, a camada mais abastada da população contrárias as ideias do governo começaram a deixar a cidade em direção ao Recôncavo, onde foram recebidos pelos senhores de engenho que dominavam a região e iniciavam a formação e preparação de um Exército que viria combater com os portugueses. Enquanto a população mais pobre que não tinha condição de deixar a cidade, iniciava uma resistência à ocupação portuguesa, que prontamente foram derrotadas pelas tropas do governador.

Entretanto, o emprego da população pobre em todo o processo de independência do Brasil na Bahia foi muito intenso como mostra Amaral (2005, p. 67),

não foi mesquinho o papel desempenhado pela gente humilde e pela gente de cor. Foi a classe modesta e a pobre a que primeira se alistou no exército. Os homens ricos, os senhores de engenho e seus filhos só mais tarde começaram a entrar para as fileiras. Sempre assim acontece. Aqueles que tem alguma coisa a perder não se libertam facilmente de seu amor, muitas vezes supersticioso, à ordem, mesmo quando lhes enche a alma de ardor e de coragem e acham-se empenhados e possuídos de um nobre ideal.

Apesar do entusiasmo inicial apresentado pelas tropas brasileiras e pelo sentimento de patriotismo, as condições eram precárias segundo Gomes (2010, p. 108),

As notícias dos acontecimentos na Bahia repercutiram em todo o Brasil. Na manhã chuvosa de 21 de maio de 1822, os baianos residentes no Rio de Janeiro mandaram celebrar uma missa fúnebre na igreja de São Francisco de Paula pelos mortos de fevereiro. D. Pedro e a princesa Leopoldina compareceram em roupas de luto. Três dias depois, uma comissão de baianos foi ao Palácio de São Cristóvão para assegurar a fidelidade da província ao príncipe regente. Animado com essas demonstrações de apoio, no dia 15 de junho, D. Pedro tentou repetir com o general Madeira de Melo a bem sucedida bravata que encenara com o general Avilez na semana do Dia do Fico. Em uma carta régia ordenou “como príncipe regente deste Reino, do qual jurei ser defensor perpétuo, que embarqueis para Portugal com a tropa que dali tão impolítica foi mandada”. Madeira de Melo fez de conta que não era com ele. Em vez de acatar as ordens do príncipe, fortificou a capital baiana, decretou lei marcial e ficou aguardando os reforços prometidos por

Lisboa. Do lado brasileiro, a euforia dos momentos iniciais logo deu lugar à preocupação. Apesar do entusiasmo das decisões tomadas em Santo Amaro, Cachoeira e cidades vizinhas, faltavam recursos e organização ao Exército Brasileiro. Os soldados estavam descalços, famintos e com os soldos atrasados. Muitos morriam de tifo e impaludismo, febres endêmicas no Recôncavo. Faltam médicos, enfermeiros, remédios e hospitais. As armas eram fabricadas de forma improvisada pelos próprios oficiais e soldados.

A contratação de mercenários para compor o Exército e organizar as tropas que se formavam eram ações necessárias, devido a inexperiência de seus integrantes e a ausência de um Exército nacional. Conforme Tavares (2005, p. 149),

É de justiça reconhecer que Labatut organizou o exército. Não reuniu em Capume as forças que exigiu, mas foi encontrar as tropas da Casa da Torre de Pirajá ao se aquartelar ali no dia 3 de novembro e ali instalar a primeira administração central do exército em guerra pela independência do Brasil. Criou a secretaria do Exército e para ela nomeou o segundo cadete Ladislau do Espírito Santo Mello, o futuro poeta Ladislau dos Santos Titara, autor do poema Paraguassú. Ele foi o primeiro a ordenar os papéis que encontrou e a registrar em livros as ordens de serviço e a correspondência do general.

Embora o general tenha conseguido melhorar a organização e o emprego do Exército Pacificador, a sua escolha como comandante não foi bem vista como destaca Filho (2004, p. 24):

fato de vir de fora para comandar e impor aos chefes militares locais suas táticas e estratégias gerou desconfiança e ciúmes entre as lideranças da elite baiana. Por outro lado, a sua rígida política disciplinar para a organização do Exército Libertador em moldes europeus (Labatut, francês, era um mercenário veterano de guerra, recém naturalizado brasileiro) descontentava, além dos comandantes, as próprias tropas, que, junto às hostilidade inerentes à guerra e as condições precárias de saúde e alimentação, tinham que se ver com as pressões de uma nova prática disciplinar marcial à qual não estavam acostumados, ou porque eram soldados de última hora, ou porque mesmo nas tropas regulares não havia, em tempos de paz, tais normas.

3 METODOLOGIA

Para explicar e analisar de forma clara e sucinta o emprego do Exército nas batalhas na Bahia a pesquisa contemplou inicialmente uma introdução, que descreve e explica a conjuntura política e econômica da Bahia de 1820 até o início da guerra de independência em 1822. Baseado na leitura analítica de fontes literárias sobre o tema, notas e documentos redigidos da época e na revisão de publicações de autores especialistas na história da Bahia, como Luís Henrique Dias Tavares.

A consulta as fontes foi feita em sua grande maioria em livros publicados, teses de mestrado da Universidade de Brasília, trabalhos de conclusão de curso da Universidade Federal da Bahia, específicos ao tema e cartilhas em homenagem ao 02 de julho publicadas sobre o assunto, onde foi revisado os acontecimentos e os desdobramentos dos fatos na época.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizaram-se, principalmente, as análises e interpretações literárias específicas sobre o tema e de diversos escritores especialistas na temática, conceitos de pesquisa **qualitativa**, pois foi realizada uma interpretação subjetiva e descrição de obras já publicadas sobre o tema e o problema levantado.

Quanto ao objetivo geral, foi empregada a modalidade **descritiva** tendo em vista o assunto já ser conhecido e já existir publicações, acerca do tema, o que obrigou o autor a fazer uma forte revisão, comparando informações de diversas obras e buscando o maior número de informações possíveis.

Para finalizar a pesquisa, foi realizada uma análise sobre a forma e em quais circunstâncias o Exército foi empregado nas batalhas de independência no Brasil na província baiana, e os principais motivos do sucesso das tropas brasileiras frente aos portugueses, que possuíam um exército mais preparado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presença e a participação da população nas guerras de independência na Bahia é bem característica, porém alguns autores como Braz do Amaral relacionam o povo como “uma massa homogênea sem personalidade, que se sentia insatisfeita e oprimida pelo pacto colonial, mas sem condições de impor suas vontades e traduzir essas insatisfações em projeto político, então passa a ser conduzida pela elite baiana e muitas das vezes “domado”, principalmente por quem tinha se alistado ao Exército”.

Destaca-se que a estrutura social e política da província baiana já era um pouco conturbada. A cidade vivia basicamente do comércio e da produção agrícola, porém dividida entre portugueses e brasileiros. Os comerciantes portugueses que viviam em sua grande maioria nas proximidades do porto eram favoráveis ao desenvolvimento da metrópole Portugal, através da colonização brasileira. Tendo em vista que, desde a abertura dos portos brasileiros com a chegada da família real esses comerciantes sofriam com a concorrência de outras mercadorias. Já os brasileiros, senhores de engenho, de escravos e produtores agrícolas que viviam no Recôncavo baiano eram favoráveis em manter o Brasil com mais autonomia, porém as opiniões se dividiam entre uma separação total de Portugal ou uma subordinação com uma certa liberdade econômica.

A população baiana de grande maioria pobres, pequenos comerciantes não era favorável a subordinação brasileira e tinha uma forte tendência para a rebelião, como não expressavam essa força de forma política, muitos deles resolveram se alistar ao Exército e lutar contra a tropas portuguesas com as próprias mãos. Vale-se lembrar que o Brasil com uma dimensão continental não tinha um Exército e uma Marinha organizada e estruturada, o que em um iminente processo de independência seria de suma importância.

A eclosão da Revolução do Porto em 1820, trouxeram consequências para o Brasil. As Cortes de Portugal passaram a governar o país e com medo de perder o trono, após solicitação de retorno em 1821, D. João retorna a Europa com a família real deixando o seu filho Pedro com príncipe regente no Rio de Janeiro. Logo o lado conservador da Revolução mostrou a sua cara e tinha como principal objetivo voltar com o Brasil a situação de colônia de Portugal.

Quase um ano depois do retorno de D. João para Portugal, o governo do príncipe regente estava cada vez mais consolidado nas províncias mais ao Sul do país e o processo de ruptura definitiva com Portugal cada vez mais próximo. Já nas províncias do Norte e Nordeste a situação era mais favorável a Portugal. Com isso, as Cortes nomearam o general Madeira de Melo como governador das armas da Bahia, com a intenção de manter a capital baiana no domínio português e depois de Salvador, por ser um ponto estratégico, tentar retomar o controle de todo o Brasil. A nomeação do general Madeira de Melo fez com que os ânimos se acirrassem na capital e gerou muita manifestação e algumas rebeliões na cidade.

As publicações referentes as guerras de independência do Brasil na Bahia mostram que, o Exército Pacificador começou a ser formado em fevereiro de 1822, quando eclodiu um motim em Salvador no Forte de São Pedro e nos quartéis da Palma e Moraria, devido ao descontentamento por salários atrasados, esses militares viriam a compor as fileiras do Exército Pacificador, que se formaria nas vilas do Recôncavo e lutariam pela independência da Bahia.

Já em março de 1822, grupos de rebeldes que fugiam da capital Salvador, devido ao governo ditatorial de Madeira de Mello (governador das armas da província da Bahia) começaram a se reunir nas vilas do Recôncavo baiano (que se destacava pela grande produção agrícola) e onde residiam latifundiários e senhores de engenho que ajudariam financeiramente a logística do Exército. Este ainda em formação recebia também militares brasileiros exilados de Salvador que tinham sido expulsos das tropas comandadas pelo governador, voluntários, alguns pequenos comerciantes e proprietários de terra, mercenários de quase todas as vilas do interior e até mesmo alguns escravos cedidos por alguns senhores de engenho. As vilas do Recôncavo ficaram basicamente divididas em três “partidos”, dos brasileiros, dos europeus e dos escravos, todos pró independência, porém com aspirações diferentes, assim foi difícil de manter uma coesão e unidade de pensamentos dentro do exército, pois existiam culturas diferentes, interesses pessoais e diversas experiências. Os proprietários de terras temiam a situação dos escravos na guerra, pois acreditavam que pudessem se rebelar contra seus senhores, por estarem armados e utilizarem a justificativa da guerra. Os comandantes também sofreram com diversas manifestações e rebeliões de seus efetivos durante todo o processo de criação, organização e emprego, segundo Filho (2004, p. 60):

Durante todo o período da guerra, o Exército Libertador tinha que lidar ao mesmo tempo e além da guerra, com insurreições civis, levantes de escravos e mesmo ataques indígenas, quando não era ele próprio o foco de desordens. As tropas baianas, formadas por homens livres e pobres, às vezes incorporados contra a sua vontade, mal remuneradas e passando por maus tratos e privações de guerra, gerou, em diversas ocasiões, momentos de tensão[...]

O período entre março e maio de 1822 não tiveram conflitos muito intensos entre o lado pró independência e os portugueses, contudo segundo Luiz Henrique Dias Tavares “teve um grande aumento na procura por pólvora, munições, armamentos nas vilas do Recôncavo”, treinamento de milicianos e construção de

defesas militares. Uma clara preparação para a guerra que estava na iminência de acontecer. Iniciaram também um cerco por terra a capital Salvador, proibindo a passagem de qualquer tipo de suprimento para a capital, principalmente de alimentos, fato que fez aumentar em muito o custo de vida na capital e deixando as tropas de Madeira de Melo dependentes dos suprimentos vindos por mar.

A euforia do lado brasileiro era nítida, apesar do pouco preparo da tropa, das condições precárias, da falta de equipamentos e até de alimentos, no exército que se formava nas vilas do Recôncavo aumentava o sentimento nacionalista e influenciados principalmente pelos proprietários de terras, de escravos e de engenhos das vilas de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira, logo começaram a difundir a ideia de reconhecimento da autoridade do príncipe regente. Contudo, logo veio a preocupação:

Do lado brasileiro, a euforia nos momentos iniciais logo deu lugar à preocupação. Apesar das decisões tomadas em Santo Antônio e Cachoeira e cidades vizinhas, faltavam recursos e organização ao exército brasileiro. Os soldados estavam descalços, famintos e com os soldos atrasados. Muitos morriam de tifo e impaludismo, febres endêmicas no Recôncavo. Faltavam médicos, enfermeiros, remédios e hospitais. As armas eram fabricadas de forma improvisada pelos próprios oficiais e soldados. Nas trincheiras encharcadas pelas chuvas, os combatentes eram atacados por um verme chamado “bicho-de-pé” (LAURENTINO, 2010, p. 108)

Com isso as autoridades das vilas criaram o Conselho Superior Interino de Governo que tinha como objetivo principal tentar organizar toda a estrutura e a logística do exército, conforme relata Laurentino (2010, p. 108):

Na tentativa de dar alguma ordem ao caos, no dia 06 de julho as autoridades de Recôncavo decidiram criar uma Comissão Administrativa da Caixa Militar, depois substituída por entidade de nome mais pomposo: Conselho Superior Interino de Governo. O objetivo era arrecadar e fiscalizar fundos, recrutar voluntários e organizar a distribuição de “munições de boca e de guerras necessárias para o prosseguimento da campanha”, segundo os termos da ata da reunião [...] Batalhões de voluntários foram recrutados às pressas entre agricultores pobres, escravos e crioulos plantadores de cana, fumo e mandioca.

Foram formados diversos batalhões de voluntários, embora o que ficou mais famoso pela sua atuação na luta armada foi o Batalhão dos Voluntários do Príncipe, apelidados de periquitos, por causa do verde na gola da farda.

A classe social dominante nos povoados do Recôncavo se sentia encurralada

com a ocupação das tropas de Madeira de Melo em Salvador, por ser o único porto para comércio disponível na província, o crescimento de seus negócios se via prejudicada. Então a única forma que encontraram de expulsar as tropas da capital era reconhecendo a autoridade do príncipe, que se encontrava no Rio de Janeiro, para que pudessem contar com o seu apoio. Foi então em Santo Amaro e Cachoeira as duas principais vilas, que iniciaram o processo de reconhecimento de poder do príncipe e marcaram a adesão de todo o Recôncavo ao processo de independência. Em Santo Amaro o senado se reuniu em 14 de junho de 1822 e decidiu que o Brasil deveria ter um centro único do Poder Executivo portanto, teria direito a Exército e Marinha sob a autoridade do príncipe regente. Na Câmara de Cachoeira, em 25 de junho de 1822, o príncipe regente foi proclamado “defensor e protetor do Reino do Brasil”.

Os baianos que moravam no Rio de Janeiro foram até o palácio de D. Pedro para ratificar o apoio de grande parte da população baiana a autoridade do imperador. Entusiasmado com o apoio recebido ele envia uma carta ao governador Madeira de Melo ordenando-o que regressasse imediatamente para Portugal. O governador das armas não cumpriu a determinação do monarca e fortificou ainda mais a capital aguardando o reforço prometido de Lisboa.

Após a recusa do governador em aceitar as ordens, inicia-se então a fase nacional do conflito, onde o imperador ordena o deslocamento de tropas de outras províncias para reforçar o lado brasileiro. Com isso, D. Pedro nomeia o general francês Pedro Labatut como comandante do exército, logo embarcou a Expedição Auxiliadora, com oficiais, armas, munições e todo o seu arsenal em direção a Bahia, no dia 14 de julho de 1822. Antes de desembarcar na Bahia, o general e seus oficiais desembarcaram em Maceió e de lá seguiram para Recife, com o intuito de recrutar mais homens para seu exército e conseguir mais armamentos. Por lá ele permaneceria até o dia 4 de setembro. Após a missão de recrutamento bem sucedida, o general conseguiu incorporar mais 250 soldados e alguns oficiais brasileiros a sua tropa, só então, iniciaram o deslocamento para Salvador. Enquanto as tropas de Labatut não chegavam, o Exército Pacificador recebia cada vez mais voluntários vindo da capital que eram acolhidos pelos senhores de engenho das vilas, armados e preparados para a guerra. Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (conhecido como coronel Santinho), foi o primeiro baiano que mobilizou um batalhão de nacionais na vila de Cachoeira, composto por índios armados com arco e flecha, com

experiência em técnicas de emboscada. Com a sua tropa foi responsável por fechar todas as estradas em Pirajá, evitando a passagem de qualquer tipo de alimento em direção a capital, aumentando assim o cerco as tropas portuguesas ilhadas em Salvador.

Madeira de Melo preocupado com o cerco a capital, logo planejou um ataque a vila de Nazaré (uma das principais produtoras de alimentos do Recôncavo) buscando liberar o envio de suprimentos para Salvador, segundo Albuquerque (2013, p. 28):

[...] Tentando contornar a situação, Madeira de Melo ordenou, em 29 de julho de 1822, um ataque ao povoado de Nazaré, visando garantir o envio de suprimentos para Salvador. Na época, Nazaré era tido como celeiro do Recôncavo, devido a importante produção de farinha de mandioca e demais produtos de subsistência.

As tropas portuguesas acabaram derrotadas pelo batalhão brasileiro que partiu de Cachoeira para defender o povoado de Nazaré.

Os conflitos continuaram e junto a isso o governo do príncipe regente ficava cada vez mais forte no Rio de Janeiro, onde as ordens das Cortes já não eram mais obedecidas, desde o início de 1822, quando D. Pedro declarou que ficaria no Brasil. Em meados desse ano, o caminho já estava sendo preparado e já estava muito bem encaminhado nas províncias mais próximas da capital, para o definitivo grito de Independência, que aconteceu no dia 7 de setembro de 1822, as margens do riacho Ipiranga. Havia sido declarado finalmente a independência do Brasil, porém nas províncias do Norte e do Nordeste as tensões e os conflitos ainda pulsavam e estavam longe de terminar.

Labatut após quase três meses de viagem, em 25 outubro de 1822, finalmente chegaria a Salvador com a sua tropa, já com o Brasil definitivamente em outra situação: “independente”. Então recebeu o comando do Exército Pacificador do coronel Joaquim D’ Ávila, na seguinte situação conforme retrata Albuquerque (2013, p. 30):

No momento em que assumiu as tropas, Labatut encontrou um Exército de voluntários composto por índios, negros e mestiços escravos, livres e libertos, mesclando soldados regulares e voluntários. Os batalhões patrióticos estavam organizados em torno da: Companhia dos Caçadores de Santo Amaro, dos Voluntários da Vila de São Francisco e dos Voluntários do Príncipe D. Pedro.

Procurou organizar as tropas de forma rígida e com muita disciplina, aos moldes europeus. Foi responsável por instalar a primeira administração central do Exército em guerra pela independência do Brasil, criou também a secretaria do Exército. Labatut informou em carta ao ministro José Bonifácio a situação que recebera o Exército e escreveu o seguinte: “Seria longo numerar e descrever o misérrimo estado em que se achava a pouca tropa que defendia os pontos (...) muitos estavam nas circunstâncias de abandonar o sistema que defendiam”. O general ainda dividiu o Exército em duas brigadas, a primeira sob o comando do tenente coronel José de Barros Falcão Lacerda e a segunda comandada pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira. Após essas medidas, o general mandou uma intimação a Madeira de Melo exigindo-o a rendição, porém sem resposta.

Dias depois, no dia 8 de novembro de 1822 começaria a batalha mais famosa de todo o processo de libertação, a Batalha de Pirajá. Soldados portugueses desembarcaram em Itacaranhá e Plataforma, na altura de Pirajá, com o objetivo de liberar os bloqueios para Salvador, com o intuito de terminar com o cerco a capital e tentar tomar os postos das tropas brasileiras que ocupavam a posição. Após quase quatro horas de combate, a derrota da tropa brasileira já era dada quase como certa, pois cerca de dois mil soldados portugueses avançavam sobre mil e duzentos soldados dos regimentos brasileiros. Daí que entrou em cena o corneteiro Lopes, o comandante das tropas brasileiras já conformado com a derrota, ordena que seja dado o toque de tropa “recuar”, entretanto não se sabe o motivo do corneteiro ter dado o toque de “cavalaria avançar e degolar”, ação que gerou uma surpresa para as tropas portuguesas, pois acreditavam que os brasileiros haviam recebido reforços, então assustados com a situação se retiraram do local e logo foram perseguidos pelos soldados brasileiros que saíram vitoriosos da batalha. O sucesso na batalha do Pirajá não pode ser atribuído somente a sorte, porque foi resultado de um esforço patriótico de soldados e voluntários, que lutaram contra um exército português mais numeroso e mais preparado.

A região continuou sendo controlada pelas tropas brasileiras, aumentando ainda mais os bloqueios das rotas para capital. Para explicar a situação complicada que vivia no momento o general Madeira de Melo envia uma carta para o rei de Portugal, na qual escreveu:

“Senhor – a falta de navios que se proponham a fazer viagem para Lisboa, a qual procede da estagnação do comércio e da incerteza em que todos estão sobre o ulterior destino deste país, me obrigou a pedir ao comandante da

Esquadra que fizesse sair um navio, a fim de levar a V. Majestade e a El – Rei novas do presente estado dessa província, que assim como o do restante do Brasil exige prontas deliberações. Depois das últimas participações que a Vossa Majestade tive a honra de dirigir tudo quanto diz respeito ao estado político do Brasil tem piorado para nós. O espírito revolucionário tem abrangido toda classe de brasileiros, e tão espantosa tem a deserção da cidade para o Rio de Janeiro e Recôncavo, que repartições civis quase que inteiras têm tomado tal expediente; mas elas se fazem ainda mais sensíveis no Arsenal da Marinha e Trem do Exército, donde têm fugido quase todos os operários, não só pelo seu espírito revoltado; mas porque a falta de pagamento e a cortesia dos víveres os reduziu a última penúria. [...] A falta de cortesia de víveres é cada vez mais excessiva; as últimas povoações (Prado e São Mateus), donde vinham alguma farinha de mandioca, foram obrigados a revoltar-se [...] O povo já sofre, e muito virá sentir com a privação daqueles gêneros; ele não sofrerá menos com as dificuldades para fornecer a tropa [...] mas também o triste estado das finanças que vai progressivamente piorando [...] (Carta de Inácio Luís de Madeira de Melo ao Rei de Portugal, enviada em 13 de dezembro de 1822. In: SANTOS, Joel Rufino dos. O Dia em que o Povo Ganhou. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 157 – 158).

Destaca-se também a participação de Maria Quitéria na batalha de Pirajá. Apesar da proibição de alistamento para mulheres nos batalhões de voluntários, ela resolveu alistar-se às escondidas e entrou no Batalhão de Voluntários do Príncipe (Batalhão dos Periquitos), que tinha como base a vila de Cachoeira. Segundo Laurentino Gomes “Cortou os cabelos, amarrou os seios, vestiu-se de homem e incorporou-se as fileiras brasileiras com o nome de soldado Medeiros”. Em pouco tempo viria ser descoberta, mas devido a sua habilidade no manejo dos armamentos acabou convencendo os comandantes sobre sua permanência.

As tropas brasileiras cada vez mais iam conquistando territórios e se aproximando da capital Salvador, onde as tropas portuguesas sofriam com a escassez de comida e dependiam totalmente da ajuda vinda de Lisboa (cada vez mais difícil) do outro lado do oceano. Em janeiro de 1823, os portugueses tentaram mais uma investida na Ilha de Itaparica, porém facilmente foram derrotados pelos milicianos que defendiam a cidade.

Em março de 1823, o ministro José Bonifácio convida o almirante inglês Thomas Cochrane para assumir o comando da Marinha Brasileira, sendo assim nomeado o primeiro almirante da Marinha do Brasil. Logo ele é enviado para Bahia com a missão de completar o cerco a capital, através da Bahia de Todos os Santos.

Porém a esquadra entregue ao almirante era inferior a esquadra portuguesa em número de navios e poder de fogo e principalmente sem experiência. A esquadra brasileira chega à costa baiana no dia 4 de maio de 1823 e após sair derrotado do primeiro combate, depois de uma reorganização em sua tropa consegue derrotar a esquadra portuguesa e fazer o cerco a capital. Com isso, Madeira de Melo se viu cercado por terra e mar, então decide liberar a população que ainda restava da capital para que sobrasse alimentos para sua tropa, já prevendo as dificuldades que encontraria. Ao mesmo tempo em que o Exército Pacificador recebia reforços vindos de Pernambuco vivia uma crise interna, porque o general Labatut acusava seus oficiais de conspiração e mandou prender o coronel Felisberto Gomes Caldeira, comandante de uma de suas brigadas. Ressalta-se que o general francês, desde quando assumiu o comando não gozava de muito prestígio com a tropa e nem com a elite baiana do Recôncavo, por ser um estrangeiro comandando a tropa em um processo de libertação nacional.

Final de maio de 1823, os oficiais do exército libertaram o coronel Felisberto e destituíram do cargo de comandante do Exército o general Labatut, mesmo com o sucesso de sua tropa ele foi preso e acusado de diversos crimes. Segundo Luís Henrique Dias Tavares “Labatut ganhou, mas não levou. Mesmo com todo o sucesso obtido pelo exército sob seu comando, acabou sendo afastado por desrespeitar as hierarquias sociais e raciais da sociedade escravista baiana.” Se impôs pela força obrigando que senhores de engenho liberassem parte de seus escravos para integrar o Exército, além de cometer diversos crimes como fuzilamento de quilombolas nas proximidades de Salvador e saques pelas cidades em que passava. Com isso perdeu a confiança das Juntas de governo do Recôncavo e de seus oficiais.

Foi nomeado como comandante do Exército Pacificador, em substituição ao general francês, o coronel Joaquim José de Lima e Silva, tio do jovem Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias e patrono do Exército Brasileiro, que também combateu na Bahia como tenente no Batalhão do Imperador. O novo comandante reorganizou o Exército criando nove batalhões e cinco companhias e duas brigadas especiais uma de artilharia e a outra de cavalaria. A guerra continuou, porém com largas vantagens para o lado brasileiro que saiu vitorioso em todos os outros combates. Em junho tomou posse em Cachoeira a Junta de Governo Provisória da Bahia, nomeada pelo imperador D. Pedro, com poder sobre toda a província em nome do imperador.

Sem condições de reagir, Madeira de Melo começou a negociar a retirada de suas tropas de Salvador. Cercado por terra pelo Exército Pacificador e por mar pelas esquadras de Cochrane, na madrugada do dia 2 de julho de 1823 as tropas de Madeira de Melo embarcaram da Baía de Todos os Santos em direção a Portugal. Enfim, depois de mais de um ano de guerra a cidade de Salvador estava livre do controle português e finalmente o Brasil independente. O trecho abaixo de Bandeira (2000, p. 460 – 461) narra com detalhes a partida dos portugueses e a entrada triunfante do Exército Pacificador:

Durante a madrugada de 2 de julho, Madeira de Melo em silêncio promoveu o embarque das tropas aos vasos de guerra e em grandes navios mercantes, ao mesmo tempo que a bordo de outras embarcações famílias portuguesas se amontoaram, com todos os pertences que puderam transportar. Toda a esquadra portuguesa levantou as âncoras e partiu. Salvador ao alvorecer estava praticamente deserta. E quando o Exército Pacificador entrou na cidade, [...] os soldados do exército libertador, sem que tumulto ou desordem houvesse, ocuparam pacificamente a cidade de Salvador (BANDEIRA, 2000, p. 460 – 461)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente pesquisa atendeu ao pretendido, fazendo uma análise e uma interpretação de como foi o emprego do então Exército Pacificador nos campos de batalha na Bahia, até a expulsão definitiva dos portugueses do território nacional e a consolidação da independência no Brasil. Pode-se observar que todo esse processo não aconteceu de forma pacífica e sim em uma guerra com fases distintas de mais de um ano de duração. A presença da camada popular da sociedade baiana foi fundamental para o sucesso do Exército, que inicialmente foi integrado pelos mais pobres, escravos, índios e pequenos comerciantes. Em suas demais fases, com a ajuda dos proprietários de terra e dos senhores de engenho

A revisão de literatura possibilitou concluir sobre a situação em que se encontrava a conjuntura política baiana alguns meses antes da proclamação da independência por D. Pedro I, em sete de setembro de 1822. A clara divisão da guerra em duas fases bem definidas: a primeira regional com a participação em massa da população baiana e de militares que ali residiam e a segunda nacional, já com a

presença de tropas de outras províncias do império brasileiro e até estrangeiros enviados para reforçar as tropas brasileiras nos campos de batalha.

Quanto a organização e emprego do Exército Pacificador, conclui-se que a formação do efetivo aconteceu de forma muito heterogênea com a presença de mercenários, índios, militares exilados, escravos, comerciantes, senhores de engenho e homens livres. O que trouxe uma dificuldade em se conseguir coesão, profissionalismo e uma unidade no exército, com isso os comandantes enfrentaram diversas rebeliões internas devido as diferentes aspirações dos integrantes e somando-se a isso as dificuldades inerentes a guerra, as péssimas condições de alimentação, equipamentos e os constantes atrasos de salários. O que levou o exército ao sucesso foi o patriotismo e a garra, porque em quase todas as batalhas combateram um exército português mais numeroso e bem mais preparado.

Dessa forma, entende-se que as maiores dificuldades encontradas pelo Exército Pacificador foram logísticas, como a falta de preparo da tropa, armamentos e equipamentos improvisados e insuficientes para a guerra, também a falta de experiência em combate dos homens que se alistavam e a ausência de uma unidade de comando, lembra-se que o exército foi se formando nas vilas do recôncavo e em cada uma delas existia um comandante diferente. Dificuldades essas que com o desenrolar do combate foram melhorando, as vilas conseguiram uma unidade de comando, os senhores de engenho começaram a ajudar financeiramente na logística da tropa, os efetivos aumentando e ficando mais organizados.

A chegada de um general francês com uma larga experiência em guerras para comandar o exército foi fundamental nesse processo de organização. Entretanto, por se tratar de uma luta regional de independência essa escolha do imperador de um estrangeiro para o comando não foi muito bem vista, causou ciúmes entre a elite baiana e insatisfação entre os integrantes do Exército, graças ao seu modo radical de comandar. Obrigou os senhores de engenho a liberarem partes de seus escravos para aumentarem o efetivo do exército, saqueou as cidades por onde passou, usou a brutalidade com quilombolas aos arredores de Salvador e acusou seus oficiais de conspiração ao seu comando e até prendeu um de seus comandantes de brigada. Ações que o levaram a ser deposto do cargo de comandante do exército.

Conclui-se, portanto, que o Exército Brasileiro recém criado junto com o Estado Brasileiro, pós independência foi colocado a prova pela primeira vez nas batalhas de

independência. Mesmo com todas as dificuldades da época que enfrentava uma nação recém independente e um exército ainda em formação, os sucessos conquistados contra as tropas portuguesas nos campos de batalha na Bahia têm relação direta com o sentimento de patriotismo demonstrado pela população baiana.

REFERÊNCIAS

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra Revolução as Forças Armadas**. Rio de Janeiro, RJ, Biblioteca do Exército Ed, 2002.

AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional**. Salvador. BA, Editora UNEB, 2005.

CALÓGERAS, Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. 1938, Companhia Editora Nacional.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador. EDUFBA, 2005.

PEDREIRA, Jorge Miguel. “Capítulo 1 – **Economia e Política na explicação da independência do Brasil**”. In: MALERBA, Jurandir (organizador). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TAVARES, Luís Henrique Dias **História da Bahia**. 11ª Edição. Editora da UNESP; Salvador, EDUFBA, 2008.

GOMES, Laurentino. **1822**. Nova Fronteira Participações, 2010.

NETO, Helio Franchini. **Independência e morte: Política e Guerra na emancipação do Brasil (1821 – 1823)**. 651 páginas. (Tese apresentada no Programa de Pós Graduação em História, na área de concentração de História Social) da Univerisade de Brasília, Brasília, 2015.

FILHO, Sérgio Armando Diniz Guerra. **O Povo e a Guerra: Participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia**. 140 páginas. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social) da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **2 de julho. A Bahia na Independência Nacional**, Cartilha de 2 de julho do Governo do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, 2013.

